

Comissão apresentará projeto que regulamenta greve de servidor

A comissão especial que analisa os artigos não regulamentados da Constituição apresentará no próximo dia 10 ao presidente da Câmara, Michel Temer, os projetos de lei de regulamentação da greve dos servidores públicos e do orçamento participativo. O anúncio foi feito nesta quarta-feira pelo coordenador da comissão, deputado Regis de Oliveira (PSC-SP), durante reunião na qual foram apresentados os resultados do trabalho de dois dos 19 parlamentares do colegiado.

O deputado Roberto Magalhães (DEM-PE) apresentou dois projetos de lei sobre Estado de Sítio e Estado de Defesa. As propostas regulamentam o parágrafo 1.º do artigo 136 e o inciso III do artigo 139 e serão encaminhadas à presidência para votação em Plenário.

Prioridades

O líder do PT, deputado Cândido Vaccarezza (SP), pediu que seja dada preferência ao Projeto de Lei 1292/99, do ex-deputado Nícias Ribeiro, que regulamenta o artigo 81, sobre a eleição do presidente da República e do vice no caso de vacância desses cargos. Ele também pediu que seja feita revisão de despacho para mandar ao Plenário o Projeto de Lei 6125/90, do Senado, que trata dos crimes de responsabilidade.

Mandados

Regis de Oliveira anunciou que a comissão já recebeu, do Supremo Tribunal Federal (STF), as informações referentes aos mandados de injunção que tramitam atualmente. O deputado informou que pediu o levantamento de quais dispositivos constitucionais são alvos dos mandados. Ele adiantou que muitos tratam da greve no serviço público.

O mandado de injunção pode ser impetrado quando a falta de uma norma regulamentadora torna inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais.

O deputado disse que também está sendo feito o levantamento sobre os dispositivos cuja regulamentação cabe a outros Poderes ou órgãos, para que os responsáveis sejam comunicados e possam tomar as devidas iniciativas.

<http://www2.camara.gov.br/internet/homeagencia/materias.html?pk=139095>

28 DE AGOSTO DE 2009

BLOG DO SERVIDOR – LUCIANO PIRES – CORREIO BRAZILIENSE

Efeito manada na Receita continua

E adivinhe só. O Diário Oficial traz nesta quinta-feira mais quatro exonerações de pessoas ligas à ex-secretária da Receita Federal Lina Vieira. Se para o ministro da Fazenda, Guido Mantega, dizer que o Fisco não fiscaliza grandes contribuintes é "balela", o êxodo de servidores, não. O governo se preocupa (e se preocupa muito) com o efeito manada que atinge o órgão.

Com a saída em massa de funcionários, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Norte estão descobertos. Antes da renovação imposta pelo governo, a estimativa era de que as baixas ficassem entre 50 e 60 pessoas. Agora, com a explosão do número de pedidos voluntários de dispensa, o órgão poderá ter de nomear até 200 funcionários para cargos de confiança ou chefia.

STF absolve Palocci da acusação de que teria quebrado sigilo de caseiro

Maioria entendeu que não há provas de que ele ordenou a quebra. Ministros, no entanto, aceitaram denúncia contra Jorge Mattoso

G1/Globo.com

O Supremo Tribunal Federal (STF) absolveu nesta quinta-feira (27) o ex-ministro da Fazenda e atual deputado federal Antonio Palocci (PT-SP) da acusação de que teria quebrado o sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa.

Por 5 votos a 4, os ministros rejeitaram a denúncia do Ministério Público Federal (MPF), que pedia a abertura de uma ação penal contra o petista. Os ministros entenderam que as evidências apresentadas pelo MPF contra o ex-ministro não comprovaram o seu envolvimento com a quebra do sigilo.

O Supremo, no entanto, aceitou a denúncia contra o ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso, que teria entregado a Palocci o sigilo bancário do caseiro.

Assim, Mattoso passa à condição de réu e responderá a ação cuja pena é de até quatro anos de cadeia. O processo contra ele, porém, será julgado em primeira instância, pois ele não tem foro privilegiado.

Quanto ao outro acusado no inquérito, o jornalista Marcelo Netto, então assessor de imprensa do Ministério da Fazenda, houve empate de 4 votos a 4. Os ministros ainda não decidiram como desempatar o placar.

Primeiro a votar, o presidente do STF, Gilmar Mendes, relator do caso, defendeu o arquivamento do inquérito. Seu voto foi acompanhado pelos ministros Eros Grau, Ricardo Lewandowski, Cezar Peluso e Ellen Gracie. Votaram pela abertura da ação contra Palocci Cármen Lúcia, Carlos Ayres Britto, Marco Aurélio Mello e Celso de Mello.

Relator

Gilmar Mendes considerou que não há provas de que Palocci tenha ordenado a quebra de sigilo. "A análise dos autos permite concluir que não há elementos mínimos que apontem para a uma iniciativa e menos ainda para uma ordem dele para que se fizesse uma consulta ou emissão e impressão de dados sobre a conta de Francenildo", afirmou o ministro. Mendes também votou pela absolvição do jornalista Marcelo Netto, assessor de imprensa do Ministério da Fazenda à época dos fatos.

Quanto a Jorge Mattoso, Mendes entendeu que ele deveria ter repassado as informações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coafi) do Ministério da Fazenda, e não a Palocci. "Ao constatar irregularidades em movimentações bancárias, a Caixa deverá comunicá-las ao Coafi. Nada indicava ou justificava o trânsito das informações sigilosas no âmbito do gabinete do ministro da Fazenda. O ministro não era a autoridade competente para ser informado da movimentação irregular da conta", destacou.

Governo

O governo aguarda o resultado desse último processo. Palocci poderia assumir a pasta do ministro das Relações Institucionais, José Múcio, que será indicado para vaga de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Mas segundo auxiliares diretos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Palocci "tem o desejo de se candidatar ao governo de São Paulo".

O presidente Lula ainda tem preferência por uma candidatura do deputado Ciro Gomes (PSB-CE) ao Palácio dos Bandeirantes. O governo avalia que o simples fato de Palocci ter ocupado a pasta da Fazenda não o credencia como candidato ao governo de São Paulo.

"Tudo vai depender do que vai acontecer com o Palocci no STF. No nosso ponto de vista, o melhor seria uma eleição plebiscitária [entre Dilma e um candidato do PSDB]", explicou o auxiliar de Lula. Nesse caso, seria melhor que o deputado Ciro Gomes, que tem pretensão de disputar a presidência também, concorresse o governo de São Paulo.

Mais 39 pedem exoneração da Receita nos estados

Agência Estado

Pelo menos 39 funcionários, entre auditores, delegados e delegados adjuntos da Receita Federal deixaram seus cargos ontem. Segundo o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco), a maior parte - 24 funcionários - saiu de postos em São Paulo. O Rio Grande do Sul contabilizou 15 exonerações. Minas Gerais e os Estados no Nordeste não confirmaram saída de pessoal.

"A partir do momento que o superintendente se afasta, os que o cercam também colocam o cargo à disposição", explicou Pedro Delarue, presidente da Unafisco. "O novo superintendente agora vai ter o desafio de fazer reposição o mais rápido possível", disse. Para o presidente da Unafisco-SP, Edison Staibano, a saída de pessoal no Estado paulista "é um processo quase normal". "Quando se altera a cúpula por decisão do governo, há mudança subsequentes de cargos de confiança."

Desde segunda-feira, integrantes da cúpula da Receita têm pedido demissão. Em carta encaminhada ao secretário do órgão, Otacílio Cartaxo, eles condenam o que chamam de "clara ruptura com a orientação e as diretrizes que pautavam a gestão anterior". A maioria é ligada ao grupo da ex-secretária Lina Vieira, que se envolveu em polêmica com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. A ex-secretária afirma que Dilma lhe pediu para acelerar investigações da Receita contra o empresário Fernando Sarney, filho do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP).

Aliança entre PT e PMDB tem 'liderança frouxa', diz Ciro

Agência Estado

O deputado e provável candidato pelo PSB à Presidência, Ciro Gomes, criticou ontem, em entrevista à "Rádio Eldorado", a aliança do PMDB com o PT em tempos de crise no Senado. "No Brasil, nenhum partido governa sozinho. O problema não é propriamente a aliança do PT com o PMDB, mas a liderança moral e intelectual desse acordo, que em minha opinião é frouxa."

Ainda sobre a crise política no Senado, Ciro classificou de "abominável" a censura contra o jornal O Estado de S. Paulo imposta pelo desembargador Dácio Vieira, a pedido de Fernando Sarney, filho do presidente da Casa, José Sarney (PMDB-AP). Ele afirmou que a lei brasileira prevê, em alguns casos, segredo de Justiça, mas isso não impede o jornal de publicar informações de interesse da opinião pública. "Se o jornal já tem os dados, deve ter o direito de publicá-los. A imprensa faz muito mais bem que mal à sociedade, embora nas vezes em que erra cometa abusos."

Sobre 2010, Ciro reafirmou que deverá ser candidato a presidente, não a governador de São Paulo - como deseja o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "É minha intenção ser candidato a presidente, embora pessoas que respeito dentro do meu partido continuem insistindo para que eu dispute o governo de São Paulo. Eu respeito essas opiniões", afirmou.

CELETISTAS - INSS

Adie a sua aposentadoria

Para ter benefício integral, segurado deve esperar as novas regras

Jornal de Brasília

Se você já tem condições para se aposentar é melhor esperar. Pelo menos até que sejam aprovadas, pelo Congresso Nacional, as mudanças no sistema da Previdência Social que fazem parte do acordo selado entre governo e centrais sindicais. Só a possibilidade de substituir o fator previdenciário pela fórmula 85/95 pode garantir benefício integral. Já a mudança no percentual de obtenção da média dos salários de contribuição de 80% para 70% dos maiores salários vai garantir, em alguns casos, aposentadoria até 20% maior.

Segundo cálculos apresentados pelo deputado Pepe Vargas (PT-RS), autor da proposta, o fator 85/95 poderá dar um aumento de até 29,3% para os segurados do INSS que cumprirem as exigências da fórmula na aposentadoria. A regra garante aposentadoria integral quando a soma da idade e do tempo de contribuição der 85, para a mulher, e 95, para o homem.

No caso dos professores (que se aposentam cinco anos antes), a soma deverá ser 90, e para as professoras, 80. Para se aposentar, será preciso ter o tempo mínimo de contribuição de 30 anos, para a mulher, e 35 anos, para o homem - ou 25, para professoras, e 30, para professores.

Caso o segurado não reúna essas condições no momento da aposentadoria será aplicado o atual fator previdenciário, que reduz em até 40% o valor da aposentadoria. Essa flexibilização é um dos itens que faz parte do acordo que garante aumento real para os aposentados e pensionistas do INSS que recebem mais de um salário-mínimo a partir do ano que vem, e depende de aprovação do Congresso Nacional para sair do papel.

Como funciona

Não é muito difícil entender como funciona a fórmula 85/95. Um homem que tenha 35 anos de contribuição e 60 anos de idade, por exemplo, teria fator 95 (35 + 60). Pelas regras atuais, esse segurado teria fator previdenciário de índice 0,837; ou seja, sua aposentadoria seria de 87,9% do benefício integral. Pela nova regra, o segurado não teria a incidência do fator previdenciário, garantindo, assim, 100% do benefício. Em números é o mesmo que dizer que esse segurado (que tem um salário de R\$ 1 mil na sua vida ativa) vai trocar uma aposentadoria de R\$ 879 por uma de R\$ 1 mil.

Porém, são as mulheres que mais vão se beneficiar com essa nova fórmula. Principalmente aquelas que se aposentarem com 34 anos de contribuição e 51 anos de idade. Hoje, elas têm fator previdenciário 0,707. Com um salário de benefício de R\$ 1 mil, só receberiam R\$ 707, redução de 29,3%.

Flávio Arns formaliza desfiliação do PT

Agência Brasil

O senador Flávio Arns (PT-PR) oficializou hoje (27) sua desfiliação do partido. Em discurso no plenário, Arns repetiu as críticas feitas há duas semanas ao partido, na reunião do Conselho de Ética do Senado, referindo-se à postura dos senadores petistas que votaram pelo arquivamento dos pedidos de investigação de denúncias envolvendo o presidente da Casa, José Sarney (PMDB-AP).

No pronunciamento, Arns apontou alguns dos motivos que o levaram a deixar o PT, entre eles, o fato de o partido ter orientado senadores a votar pelo arquivamento das representações contra Sarney no Conselho de Ética "em flagrante distanciamento e violação aos princípios e diretrizes que sempre nortearam o ideal do partido".

O senador lembrou que a direção do PT ignorou o manifesto da bancada, que defendia o afastamento temporário de Sarney para que as investigações fossem conduzidas com isenção. Ele também reclamou de "discriminação" do partido e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva contra sua pessoa.

A direção nacional do PT não decidiu, ainda, se reivindicará o mandato de Flávio Arns no Supremo Tribunal Federal (STF) com base na resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de que o mandato pertence ao partido, e não ao parlamentar. De acordo com a assessoria do diretório, o assunto será tratado na reunião da Executiva Nacional, no próximo dia 3.

ET CETERA – O ESTADO DO PARANÁ

Tomou Doril

O comando político do governo sentiu o golpe quanto aos sucessivos fatos que envolveram a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Assustado com a repercussão negativa e com o desgaste que a atingiu, o Palácio do Planalto determinou que ela saísse de cena e evitasse os holofotes da mídia. E a petista obedeceu. Há quase uma semana, Dilma não é vista e, por isso, não é lembrada. O sumiço tipo "Doril" era mais do que necessário, visto que o momento político-eleitoral da candidata de Lula à presidência está entre o crítico e o desastroso. Razões para o declínio pessoal da auxiliar não faltam. Resta saber se ela terá apoios, cacife e estofos para vencer as adversidades.

Raio-X

A lista de problemas que envolvem Dilma Rousseff é longa, a começar pelo "encontro" com a ex-secretária da Receita Federal, Lina Vieira. Aos olhos da opinião pública, quem mentiu nesse episódio foi a ministra. Ademais, a crise na arrecadação de impostos e tributos desse último período está sendo debitado diretamente da conta da presidenciável petista. A ordem de sair do foco da imprensa era, portanto, mais do que necessária.

No Congresso

É igualmente grande o ônus de Dilma sobre o que acontece no Senado. O apoio incondicional do governo a José Sarney (PMDB-AP) prejudica o PT em primeiro plano, mas, em última análise, compromete a própria candidata. O fato é que no momento em que os parlamentares petistas seguiram a linha de Lula e votaram pelo arquivamento das denúncias contra o presidente da Casa no Conselho de Ética, a senhora Rousseff sofria pessoalmente com o declínio ético da legenda.

Da mesma forma...

Pesa contra ela também o fraco desempenho do PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, cuja gestão cabe diretamente à Casa Civil. A ministra, que não mostra competência para fazer as obras andarem rapidamente, atrai para si o resultado pífio do projeto. E disso não há saída.

Outra

Se não bastasse tudo isso, ainda há o confronto público com a Marina Silva, que assinará sua ficha de filiação ao PV no próximo domingo, em São Paulo. A senadora acreana, que deixou o PT após 30 anos de militância, atribui como uma das causas de sua saída a péssima relação com Dilma. O prejuízo eleitoral por conta disso é incalculável.

Aliás...

A personalidade da ministra não se mostra adequada para quem postula concorrer com chances de eleger-se presidente. Quase sempre antipática e de pouco trato, sua maneira bronca de agir acaba sendo noticiada pela imprensa. Não foi à toa que o presidente da República pediu, ponderadamente, que a companheira "brigasse menos". Precisa dizer mais?

Aquecimento

Com Dilma pela bola 7 (se a eleição fosse hoje ela estaria fora do segundo turno), Ciro Gomes (PSB-CE) já se diz pronto para assumir a candidatura ao Planalto em nome do governo. Se não der liga, o plano C será lançar Antonio Palocci (PT-SP), embora este siga cotado para concorrer ao governo paulista. É tudo o que resta ao petismo.

Em alta

O Partido Verde (PV) está animado. Para a filiação de Marina Silva no partido, a direção distribuiu nota para as redações informando que o evento poderá ser conferido ao vivo neste domingo, às 11h, por quatro sites na internet.

Em baixa

A prefeita de Farol, Dina Gandolfi Cardoso (PMDB), parece viver seu inferno astral. Depois de ser denunciada por nepotismo, ao criar um cargo de "super secretário" ao marido Gilmar Cardoso, agora suas contas da eleição de 2008 foram reprovadas pelo TRE.